
FUNCIONALISMO HOLANDÊS: DA GRAMÁTICA FUNCIONAL À GRAMÁTICA
FUNCIONAL DO DISCURSO

ROBERTO GOMES CAMACHO*

RESUMO

Este texto apresenta uma retrospectiva da Teoria da Gramática Funcional, com o objetivo específico de mostrar que a nova arquitetura, denominada Gramática Funcional do Discurso, representa um avanço significativo para o enfoque funcional.

PALAVRAS-CHAVE: Linguística funcional, discurso, nível representacional, nível interpessoal.

INTRODUÇÃO

A maior parte da pesquisa em Gramática Funcional (GF) foi produzida com base nas publicações de Simon Dik ([1989] 1997a; 1997b). Foi apenas depois da publicação do segundo volume da Teoria da Gramática Funcional (Dik, 1997b) que um texto relevante da GF incluiu um capítulo específico dedicado ao discurso, focalizando, portanto, unidades linguísticas maiores que a oração.

Recentemente, Hengeveld (2004a; 2004b) projetou uma nova arquitetura para a GF, denominada por ele de Gramática Funcional do Discurso (doravante GFD). Essa nova arquitetura acomoda o discurso como uma parte integral e muito significativa do modelo. Apesar disso, é a gramática que interessa ao arquiteto desse novo esboço, uma gramática formalizada que incorpore fenômenos inerentes ao processamento do discurso entre os interlocutores e não exatamente a elaboração de um novo modelo de análise do discurso.

* Professor da Unesp, Campus de São José do Rio Preto.
E-mail: camacho@ibilce.unesp.br

Neste texto, pretendo fazer uma retrospectiva do modelo de GF, mas com o objetivo específico de mostrar como a nova arquitetura representa um grande avanço para os estudos funcionalistas. Procedo, portanto, da seguinte maneira: apresento inicialmente a relevância da notação formal da estrutura da oração em termos de sua organização em camadas para a explicação dos fenômenos lingüísticos; na seqüência, forneço uma visão geral da Gramática Funcional do Discurso, apresentando uma tentativa de aplicação do modelo a exemplares selecionados de discurso falado. Concluo com uma avaliação ligeira do modelo.

A CONSTRUÇÃO DE UMA GRAMÁTICA FORMALIZADA DO DISCURSO: NÍVEIS E CAMADAS DE ORGANIZAÇÃO

Segundo Hengeveld (2004a), a GF é um modelo comprometido com a orientação funcional com o objetivo explícito de construir um sistema de representação formal. Esse sistema de representação formal, caracterizado pela introdução de variáveis, níveis e módulos de representação, está diretamente envolvido com a necessidade de caracterizar a função comunicativa da linguagem, integrando, portanto, aspectos comunicacionais na própria arquitetura do modelo formal.

Até meados de 1980, a representação formal era monoestratal. Para mostrar recusa por transformações, a representação subjacente (doravante RS) da oração era dotada de três componentes básicos: constituintes formados por itens lexicais, como nome, por exemplo; categorias, como sintagma nominal; e funções, como sujeito, objeto etc. Hengeveld (1987) apresenta pela primeira vez uma RS da oração organizada em três camadas. A oração, agora, não é apenas organizada em camadas na perspectiva horizontal, mas ela é também verticalmente organizada, representando, em dois níveis, dois diferentes aspectos da linguagem, o interpessoal e o representacional. A figura 1 é uma ilustração da organização em camadas da estrutura subjacente da oração proposta por Hengeveld (1987), que foi absorvida por Dik (1997a).

CAMADA	VARIÁVEL	DESIGNAÇÃO	NÍVEL
Oração	(E1)	Ato de fala	
Proposição		Conteúdo	Interpessoal
	(p1)		
		proposicional	
Predicação	(e1)	Estado de coisas	
Predicado	(f1)	Propriedade/relação	
Termo	(x1)	Indivíduo	Representacional

Figura 1. A representação dos enunciados na GF (HENGEVELD, 1987).

Cada camada na figura 1 representa um diferente tipo de entidade, que pode ser definido em termos de uma versão estendida da classificação fornecida por Lyons (1977, p. 427). Assim, um predicado (f1) representa uma entidade de zero ordem, que não tem existência independente, podendo ser avaliada em termos de sua aplicabilidade a outros tipos de entidade. Um termo (x1) representa um indivíduo, uma entidade de primeira ordem, que pode ser localizada no espaço e pode ser avaliada em termos de sua existência. Uma predicação (e1) representa um estado de coisas, uma entidade de segunda ordem, que pode ser localizada no tempo e no espaço e pode ser avaliada em termos de sua realidade. Uma proposição (p1) representa um conteúdo proposicional, uma entidade de terceira ordem, que não pode ser localizada nem no tempo nem no espaço, mas pode ser avaliada em termos de sua verdade. Por fim, a oração (E1) representa um ato de fala, uma entidade de quarta ordem, que pode ser localizada no tempo e no espaço e pode ser avaliada em termos de suas condições de felicidade (HENGEVELD, 1987).

Cada uma das unidades relevantes da estrutura da oração pode ainda ser modificada por operadores, que consistem em elementos abstratos representando distinções semânticas e pragmáticas expressas por meios gramaticais, e por satélites, que consistem em distinções semânticas expressas por meios lexicais opcionalmente selecionados.

O fato é que, apesar de defender veementemente uma metodologia funcional para o enfoque da linguagem e apesar da prioridade meto-

dológica que parece merecer o componente pragmático nos estudos funcionalistas, o principal centro de atenção do modelo na GF é a estrutura da oração simples e da oração complexa. Na realidade, o grande esforço de Dik foi dirigido para a explicação da estrutura gramatical com referência à estrutura semântica e à pragmática. Ainda que a abordagem dos fenômenos gramaticais recorra freqüentemente a explicações de base discursiva, com vistas ao entendimento de que a linguagem é um instrumento de interação social, parece ser a sintaxe em si o objeto principal, não o discurso, já que a unidade máxima está confinada no estudo de construções simples (Dik, 1997a) e de construções complexas (Dik, 1997b).

UMA NOVA ARQUITETURA PARA A GF: A GFD

Desde o início dos anos 90, uma parte significativa da pesquisa realizada dentro do arcabouço teórico da Gramática Funcional tem sido dirigida para a expansão da GF de uma gramática da sentença para uma gramática do discurso. A primeira resposta a essa demanda pode ser encontrada no próprio Dik (1997b), mas a primeira abordagem do discurso descrita em Hengeveld (1997) vê o discurso mais como um nível adicional (ou conjunto de níveis) acima da oração. Esse enfoque é conhecido como organização em camadas ascendentes (*upward layering*).

Muitos pesquisadores da GF postularam uma separação entre gramática e discurso mais forte do que a proposta por Hengeveld (1997), defendendo que o discurso deveria ser manipulado dentro de um módulo separado. Assim, além de postular o Módulo do Discurso em oposição ao módulo da sentença, Kroon (1997) argumenta que a unidade mais baixa na hierarquia do discurso, que ela chama de Ato, não é necessariamente equivalente ao da oração (E), já que Constituintes Extra-oracionais, podem funcionar também como um Ato discursivo.

Com efeito, segundo Hengeveld (2004a), há diversas razões por que a GF deve expandir-se da sentença para o discurso. Há, em primeiro

lugar, muitos fenômenos lingüísticos que podem ser explicados somente em termos de unidades maiores que a sentença individual. Há, em segundo lugar, muitas expressões lingüísticas menores que a sentença individual, que, todavia, funcionam como enunciados completos e independentes dentro do discurso, como frases elípticas, exclamações e vocativos.

O autor defende ainda a idéia de que um modelo adequado de gramática do discurso requer tanto a aplicação de uma organização em camadas, que se estenda ao nível do discurso, quanto o reconhecimento de vários níveis de análise. Assim, o modelo de uma Gramática Funcional do Discurso (GFD), que o autor apresenta, é tanto modular quanto hierárquico e, além do mais, opera de cima para baixo (*top-down*). Isso significa que as decisões nos níveis e nas camadas superiores não apenas determinam e restringem as possibilidades nos níveis e camadas inferiores, mas também que um modelo de gramática é tanto mais efetivo quanto mais sua organização se assemelhar ao processamento lingüístico no indivíduo.

Hengeveld (2004a) reconhece a necessidade de uma gramática organizada em três níveis: o nível Interpessoal, o Representacional e o Estrutural, cada qual concebido como um módulo separado e internamente organizado em camadas. Desse modo, Hengeveld combina os melhores aspectos das abordagens anteriores.

Outro avanço importante é o reconhecimento de um Componente Contextual e de um Componente Cognitivo, que contêm elementos essenciais do contexto com o qual os três módulos interagem. O Componente Gramatical é conectado ao Componente Conceitual, ao Contextual e à expressão (*output*). Assim, representações morfosintáticas e fonológicas são níveis separados dentro do Componente Gramatical em vez de ser parte apenas do *output* da gramática, como era previsto no modelo *standard* (DIK, 1997a). Agora, no *output* do sistema reside apenas a expressão, reduzida à articulação fonética.

Todos os níveis têm uma natureza puramente lingüística no sentido estrito de descrever a linguagem em termos das funções que ela permite

exercer, mas somente na medida em que essas funções são codificadas na gramática das línguas particulares; a GFD é, portanto, o componente gramatical de uma teoria mais abrangente da interação verbal.

Por falta de espaço, a discussão seguinte se circunscreverá à atuação dos níveis de destaque do modelo, o Interpessoal e o Representacional.

O Nível Interpessoal dá conta dos aspectos formais que refletem o papel de uma unidade lingüística na interação entre falante e ouvinte. O propósito da interação implica a idéia de que cada falante emprega uma estratégia, de modo mais ou menos consciente, para atingir seus objetivos comunicativos. Na formulação, emprega-se o Nível Interpessoal para indicar como essa estratégia é realizada em relação tanto aos propósitos do falante quanto ao estado mental do ouvinte.

As unidades de discurso através das quais o Nível Interpessoal opera são hierarquicamente organizadas de acordo com a arquitetura global da GFD, conforme (1).

(1) (M1: [(A1: [(F1) (P1) S (P2) A (C1: [(T1) (R1)] (C1)) (F1))] (A1))] (M1)).

(HENGEVELD & MACKENZIE. No prelo)

O nível mais alto na hierarquia, o Move (M), descreve um segmento inteiro de discurso com os vários níveis inferiores que, por seu lado, contêm componentes desse segmento. Além disso, a hierarquia representa também a seqüência das ações lingüísticas: um Move pode consistir em diversos atos temporalmente ordenados; um Ato (A), o qual possui participante (P) e esquema ilocucionário (F), pode conter diversos Conteúdos Comunicados (C), também cronologicamente ordenados, incluindo, por seu lado, múltiplos Subatos de Atribuição (*Ascription*) e de Referência (T e R).

Embora o Move seja tido como uma unidade dentro da GFD, ele não corresponde diretamente a uma unidade gramaticalmente identificável do discurso; antes, o Move é identificado em termos de seu estatuto interpessoal, como uma contribuição autônoma para uma inte-

ração contínua (cf. KROON, 1997, que define o Move como a “unidade mínima livre do discurso”).

A alternância entre Moves é mais evidente na conversação. Nesse tipo de interação, um Move corresponde freqüentemente ao turno de um falante. Como na análise conversacional de pares adjacentes, é possível identificar adequadamente *Moves de iniciação* e *Moves de reação*. Assim, em uma simples conversação como a de (2), cada turno corresponde exatamente a um Move:

(2) Doc. - o seu marido sempre exerceu essa profissão que ele tem agora?
[Iniciação]

L1 - (não) (ele teve escritório no início da carreira...) (teve escritório durante ...oito anos::mais ou menos...) (depois... ainda com escritório...) [Reação] (D2 SP 360)

Mais especificamente, o que é característico de um Move é que, em princípio, ele pede por uma reação ou ele mesmo é uma reação. Enquanto uma unidade menor, como o Ato discursivo, pode provocar uma expressão fática, i.e., uma resposta que encoraja o falante a continuar, um Move pode provocar somente uma reação do interlocutor (uma resposta para uma pergunta, uma objeção para um argumento etc.), e essa reação deve tomar ela mesma a forma de um Move. Justamente porque um Ato pode representar apenas um estímulo para o falante continuar o discurso é que um Move pode também compreender, nesse caso, mais de um turno, como em (3).

(3) L2 ele leciona onde? L1 e::ele leciona nas FMU L2 ahn ahn

L1 ele:... é especialista em Direito Administrativo... L2 ahn ahn L1 certo? (D2 SP 360)

As propriedades de interações motivadas pelas interações estratégicas, de natureza proposital, são estudadas em uma gama de disciplinas que têm por títulos gerais Retórica e Pragmática. A Retórica está fundamentalmente relacionada aos modos pelos quais os componentes de um

discurso são ordenados para a realização das estratégias comunicativas do falante, e também para com as propriedades formais de enunciados que influenciam o ouvinte a aceitar os propósitos do falante. Por isso, os aspectos de unidades lingüísticas que refletem a estruturação global do discurso são considerados no interior da GFD em termos de funções retóricas. Já o que se entende por Pragmática é o estudo do modo como os falantes modelam as suas mensagens em relação às expectativas que têm do estado atual da mente do ouvinte. Considere-se o exemplo contido em (4).

- | | | | |
|-------|---|------|--------|
| (4) A | Ganhei dois convites para o show do Toquinho. | (A1) | Move 1 |
| | Você 'tá interessada? | (A2) | Move 1 |
| B | Claro! | (A3) | Move 2 |

De um ponto de vista interacional, ou pragmático, o segmento discursivo como um todo apresenta-se sob a forma de uma troca entre A e B, consistindo em um Move de Iniciação (Move 1), cuja função pragmática é convite, e um Move de Reação (Move 2), cuja função pragmática é aceitação. Como o primeiro Move é constituído por dois Atos, pode-se dizer que a relação que se estabelece entre eles não é interacional, mas retórica; com efeito, o Ato 2, que veicula o convite propriamente dito, é central em relação ao Ato 1, que exerce uma função subsidiária de preparação ou introdução ao ato 2.

Cada Ato discursivo caracteriza-se em função de sua ilocução, representada como um esquema ilocucionário (F) com os participantes do ato de fala como argumentos (P1 e P2). Assim, o mesmo enunciado como o contido em (5) pode receber diferentes estruturas subjacentes no Nível Interpessoal, conforme as leituras que sobressaem do contexto da interação, ou seja, ordem ou pedido.

(5) Um chá!

Como, todavia, cada ilocução é representada apenas pelos aspectos que recebem codificação gramatical, cada valor ilocutivo é tratado como

um operador do Ato discursivo, que recebe, entretanto, uma única codificação gramatical em português, que é o ato de fala imperativo, conforme se vê em (6).

- (6) a (M1: [(Ordem A1: [IMP (P1)S (P2)A (C1: [um chá] (C1))] (A1))] (M1))
b (M1: [(Pedido A1: [IMP (P1)S (P2)A (C1: [um chá] (C1))] (A1))] (M1))
(MACKENZIE, 1998, p. 227)

Como já mencionado, o terceiro argumento do esquema ilocucionário, o Conteúdo Comunicado (C), constitui-se a partir de Subatos Referenciais (R) e Subatos Atributivos (A). A introdução da variável C permite agora distinguir a informação comunicada em um Ato discursivo (A), de natureza interpessoal, e o tipo de entidade a que se faz referência (R) na interação, que formalizam, na dimensão semântica, a função comunicativa do falante. Essas duas entidades se realizam por níveis diferentes e independentes entre si, o que implica que qualquer tipo de entidade pode se construir ora como um referente ora como um predicado, conforme se observa no exemplo (7).

- (7) a. Ele viu a criança. (R1: (x1) (R1))
b. Ele viu a criança fazendo um desenho. (R1: (e1) (R1))
(GARCIA-VELASCO & HENGVELD, 2002, p. 110)

O sintagma nominal *a criança* em (7a) constitui um Subato Referencial (R) construído a partir da designação de um indivíduo (x), enquanto em (7b) é um estado de coisas (e) que contribui para a caracterização de uma entidade referencial.

O Nível Representacional explica, assim, os aspectos formais que refletem o papel de uma unidade lingüística no estabelecimento de uma relação com o mundo real ou imaginado que ela descreve, independentemente do modo como essa unidade é usada na comunicação. O uso que se faz das unidades lingüísticas é tratado no Nível Interpessoal em termos de Atos e Subatos que especificam as funções das unidades lingüísticas.

As unidades semânticas mediante as quais o Nível Representacional opera são organizadas hierarquicamente de acordo com a arquitetura geral da GFD; pode-se dizer que essas unidades permanecem praticamente intocáveis desde as versões anteriores da GF, recebendo a notação formal contida em (8).

(8)	(pp1: [[conteúdo proposicional
	(pe1: [[estado de coisas
		(p (f1:	... propriedade
		(f1) ó (f1))n	
		(p (x1:	... indivíduo
		(x1) ó (x1))n	
		(p (l1:	... lugar
		(l1) ó (l1))n	
		(p (t1:	... (t1
) ó (t1))n	tempo
](e1): ó(e1))n		estado de coisas
](p1): ó(p1))n		conteúdo proposicional
			(HENGEVELD & MACKENZIE. No prelo)

Uma distinção que vale notar em (8) é a de que a variável (p), que representa o conteúdo proposicional, constituía o primeiro estágio do Nível Interpessoal no modelo anterior. No entanto, a introdução da variável (C) para Conteúdo Comunicado no Nível Interpessoal permite o deslocamento da variável (p) para o Nível Representacional. Além disso, na versão mais atualizada da GFD, Hengeveld & Mackenzie (no prelo) acrescentam as variáveis (l) e (t) para lugar e tempo, respectivamente, em adição às variáveis (f) e (x), para propriedade e indivíduo, que já existiam antes. As diferenças entre as unidades podem ser consideradas em termos da categoria ontológica que elas designam.

A essas três categorias semânticas básicas pode-se acrescentar também a de Episódio, uma categoria especial, que representa um conjunto semanticamente coerente de conteúdos proposicionais. Há uma

correlação não-marcada entre as unidades do Nível Interpessoal e as do Nível Representacional, conforme mostra a figura (2).

NÍVEL INTERPESSOAL	NÍVEL REPRESENTACIONAL
Move (M)	Episódio (Ep)
Ato (A)	Conteúdo Proposicional (p)
Conteúdo Comunicado (C)	Estados de coisas (e)
Subato atributivo (T)	Propriedade, relação (f)
Subato referencial (R)	Indivíduo (x), locação (l), tempo (t)

Figura 2. Correlações entre níveis e camadas.

Há boas razões para assumir a existência, no Nível Representacional, da já mencionada categoria semântica de Episódio, já que várias línguas dispõem de combinações de proposições representando um bloco tematicamente coerente de um trecho narrativo, em geral constituindo uma série de eventos apresentados em ordem cronológica, que não envolve nenhuma mudança de cena. Em certos gêneros textuais, como o de receitas culinárias, os vários passos a serem seguidos na preparação de um prato constituem Episódios.

Entretanto, quando a modalidade textual envolvida é a falada, é difícil determinar com exatidão a natureza das unidades discursivas que os marcadores introduzem. Além disso, embora pareçam manter correlação, o Move e o Episódio podem contar com seus próprios marcadores. Observem-se as diversas funções textual-interativas das diferentes ocorrências do mesmo marcador *então*, que foram devidamente numeradas no segmento discursivo em (9).

(9) essa pimenta frita com as cebolas, é exatamente que quebra o tom de excesso de cebola e ao mesmo tempo da pimenta, e dá um aroma, (*então1*, a pimenta, aquela coisa forte da pimenta passa a ser aromático na comida, e não o aspecto picante da comida que é diferente); (*então2*, fica assim aromático),] [*então3*, faz esse refogado e põe tomate, um ou dois tomates não mais do que isso prá não fica(r) ácido [*e* agora saíram uns, uns temperos mais, mais novos digamos assim, porque

têm dois anos mais ou menos, que é esse Puro Purê], [*então3*, de uma a duas colheres de Puro Purê ou senão Ketchup (Quetchââ) também, uma ou duas colheres, ou um ou outro, aí põe o camarão naquele refogado,] (D2 POA 291)

É possível afirmar que *então1* estabelece uma função retórica, porque indica que o ato discursivo que o marcador inicia é dependente do anterior, identificando um conteúdo de causa-conclusão, tipicamente argumentativo, próprio da organização textual; a ocorrência de *então2* exerce a função interacional de encerrar um Move subsidiário, mediante o qual o falante se afasta do Move central ou núcleo temático, que é a descrição de uma receita, para emitir opinião sobre o caráter mais ou menos neutro dos temperos; a função de *então3* é retomar o fio temático condutor do Move central, que é de novo interrompido por um Move subsidiário, identificando uma digressão introduzida por *e*, que não funciona como conjunção, mas também como marcador discursivo; uma vez mais, o fio temático é restabelecido, com *então3*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A GFD é o modelo sucessor da GF, mas não um substituto completo, pois, se por um lado, retém a força original da GF mediante a combinação de neutralidade tipológica e rigor formal, por outro, expande o escopo da GF, sem deixar de levar rigorosamente a sério os princípios já estabelecidos de adequação pragmática e psicológica, não só na medida em que esclarece a relação entre a instrumentalidade do sistema lingüístico em criar e manter relações comunicativas (adequação pragmática), mas também na medida em que obedece a restrições cognitivas gerais sobre a produção e a interpretação do discurso (adequação psicológica).

O aparecimento de uma linguagem formal diferente não deve implicar mudança radical nos compromissos cruciais da GF. Pelo contrário, a GFD, por toda a sofisticação notacional que a sustenta, é ainda basicamente uma teoria não-transformacional de gramática, mediante a qual

expressões lingüísticas são geradas por regras de expressão operando sobre representações subjacentes; estas, por sua vez, identificam relações funcionais entre itens lexicais embutidos em camadas hierarquicamente organizadas. A continuidade entre o modelo de Hengeveld (2004a) e a fase anterior da GF não deve obscurecer as descontinuidades relevantes, que, segundo Anstey (2004, p. 45), caracterizam a nova arquitetura, ou seja, a mudança de centro do predicado para a pragmática e a ramificação da representação subjacente tradicional nos Níveis Interpessoal, Representacional e Estrutural.

DUTCH FUNCTIONALISM: FROM THE FUNCTIONAL GRAMMAR TO THE DISCOURSE FUNCTIONAL GRAMMAR

ABSTRACT

This paper reviews the Theory of Functional Grammar aiming at showing that the new architecture, called Functional Discourse Grammar (FDG), represents a significant progress for the functional perspective.

KEY WORDS: Functional linguistics, discourse, representational level, interpersonal level.

REFERÊNCIAS

ANSTEY, M. Functional grammar from its inception. In: MACKENZIE, J. L.; GÓMEZ-GONZÁLEZ, M. Á. (Eds.). *A new architecture for Functional Grammar*. Berlin: Mouton de Gruyter Amsterdam, 2004, p. 23-72. (Functional Grammar Series, 24).

DIK, S. C. *The theory of Functional Grammar*. Part I: The structure of the clause. Edited by Kees Hengeveld. Dordrecht: Foris, [1989] 1997a.

_____. *The theory of Functional Grammar*. Part II: Complex and Derived Constructions. Edited by Kees Hengeveld. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 1997b.

GARCIA-VELASCO, D.; HENGEVELD, K. Do we need predicate frames? In: MAIRAL USÓN, R.; QUINTERO, M. J. P. (Eds.). *New perspectives on argument structure in Functional Grammar*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2002. p. 95-123.

HENGEVELD, K. The architecture of a Functional Discourse Grammar. In: MACKENZIE, J. L.; GÓMEZ-GONZÁLEZ, M. Á. (Eds.). *A new architecture for Functional Grammar*. Berlin: Mouton de Gruyter Amsterdam, 2004a. p. 1-21. (Functional Grammar Series, 24).

_____. Epilogue. In: MACKENZIE, J. L.; GÓMEZ-GONZÁLEZ, M. Á. (Eds.). *A new architecture for Functional Grammar*. Berlin: Mouton de Gruyter Amsterdam, 2004b. p. 365-78. (Functional Grammar Series 24).

_____. Cohesion in Functional Grammar. In: CONNOLLY et al. (Eds.). *Discourse and pragmatics in Functional Grammar*. Berlin and New York: Mouton de Gruyter, 1997. p. 1-16.

_____. Clause structure and modality in Functional Grammar. In: AUWERA, J. Van der; GOSENS, L. (Eds.). *Ins and outs of predication*. Dordrecht: Foris, 1987. p. 53-66.

_____.; MACKENZIE, L. Functional discourse grammar. In: BROWN, K. (Ed.). *Encyclopedia of Language and Linguistics*, 2nd Edition. Oxford: Elsevier. (No prelo).

KROON, C. Discourse markers, discourse structure and Functional Grammar. In: CONNOLLY, J. et. al. (Eds.). *Discourse and pragmatics in Functional Grammar*. Berlin and New York: Mouton de Gruyter, 1997. p. 17-32.

LYONS, J. *Semantics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

MACKENZIE, J. L. The basis of syntax in the holophrase. In: HANNAY, M.; BOLKESTEIN, M. (Eds.). *Functional Grammar and verbal interaction*. Amsterdam and Philadelphia: Benjamins, 1998. p. 267-296.